

Grupo de pessoal	Qualificação profissional Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares	Letra de vencimento
Pessoal administrativo	Área administrativa .....	—	Chefe de secção .....	1	G
			Tesoureiro .....	1	H
			Tesoureiro principal .....		I
		Oficial administrativo (f).	Tesoureiro de 1.ª classe.....		J
			Tesoureiro de 2.ª classe.....		K
	Dactilografia .....	Escriturário-dactilógrafo.	Oficial administrativo principal	3	I
			Primeiro-oficial .....	8	J
			Segundo-oficial .....	9	L
			Terceiro-oficial .....	8	M
			Escriturário-dactilógrafo principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	9	N, Q ou S
Pessoal auxiliar .....	Recepção, arrumação, entrega e controlo de produtos vínicos em armazém.	Fiel de armazém ....	Fiel de armazém principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	1	L, O ou Q
	Condução e conservação de viaturas.	Motorista de ligeiros (g).	Motorista principal .....	1	M
	Transmissão e recepção de chamadas telefónicas.	Telefonista .....	Motorista de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	3	O ou Q
	Vigilância das instalações, acompanhamento de visitantes e distribuição de expediente.	Auxiliar administrativo (h).	Auxiliar administrativo principal	2	Q
	Apoio de trabalho braçal e arrumação de instalações.	—	Auxiliar administrativo de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	7	S ou T
	Executar tarefas de cultivo e manutenção de flores, árvores e arbustos e plantas de embeleza-mento de jardins.	Jardineiro .....	Servente .....	5	U
Pessoal operário semi-qualificado.	Recepção, entrega, arrumação e manutenção de artigos de armazém.	—	Jardineiro principal .....	1	M
Outro pessoal .....			Jardineiro de 1.ª classe .....		O
			Jardineiro de 2.ª classe .....		Q
			Jardineiro de 3.ª classe .....		R
			Total .....	110	

- (a) Todos os lugares são a extinguir da base para o topo à medida que forem vagando nas respectivas carreiras.  
 (b) Em cada momento não podem estar provisões mais de três lugares.  
 (c) Em cada momento não podem estar provisões mais de sete lugares.  
 (d) Em cada momento não podem estar provisões mais de sete lugares.  
 (e) Em cada momento não podem estar provisões mais de nove lugares.  
 (f) Em cada momento não podem estar provisões mais de 25 lugares.  
 (g) Em cada momento não podem estar provisões mais de três lugares.  
 (h) Em cada momento não podem estar provisões mais de sete lugares.

## MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Decreto n.º 8/89

de 25 de Fevereiro

Está a ser elaborado o Plano Geral de Urbanização da Vila de Cantanhede, decorrendo, por conseguinte, até à sua aprovação um lapso de tempo suficientemente longo para implicar, a não se tomarem providências, dificuldades na sua futura execução, tornando-a mais difícil ou onerosa.

Urge, pois, submeter a área em estudo a medidas preventivas, ao abrigo do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 202.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — Para efeitos de aplicação do disposto no capítulo II do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5

de Novembro, fica sujeita a medidas preventivas, pelo prazo de dois anos, a área delimitada na planta anexa a este diploma, que dele faz parte integrante.

2 — As medidas preventivas referidas no número anterior consistem na sujeição a prévia autorização da Câmara Municipal de Cantanhede, sem prejuízo de quaisquer outros condicionamentos legalmente exigidos, da prática dos actos ou actividades seguintes:

- Criação de novos núcleos habitacionais;
- Construção, reconstrução ou ampliação de edifícios ou de outras instalações;
- Instalação de explorações ou ampliação das já existentes;
- Alterações importantes, por meio de aterros ou escavações, à configuração geral do terreno;
- Derrube de árvores em maciço, com qualquer área;
- Destrução do solo vivo e do coberto vegetal.

3 — São competentes para promover o cumprimento das medidas estabelecidas neste diploma e de proceder em conformidade com o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, a Câmara Municipal de Cantanhede e a Comissão de Coordenação da Região do Centro.

Art. 2.º O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Presidência do Conselho de Ministros, 23 de Janeiro de 1989.

*Aníbal António Cavaco Silva — Luís Francisco Valsente de Oliveira.*

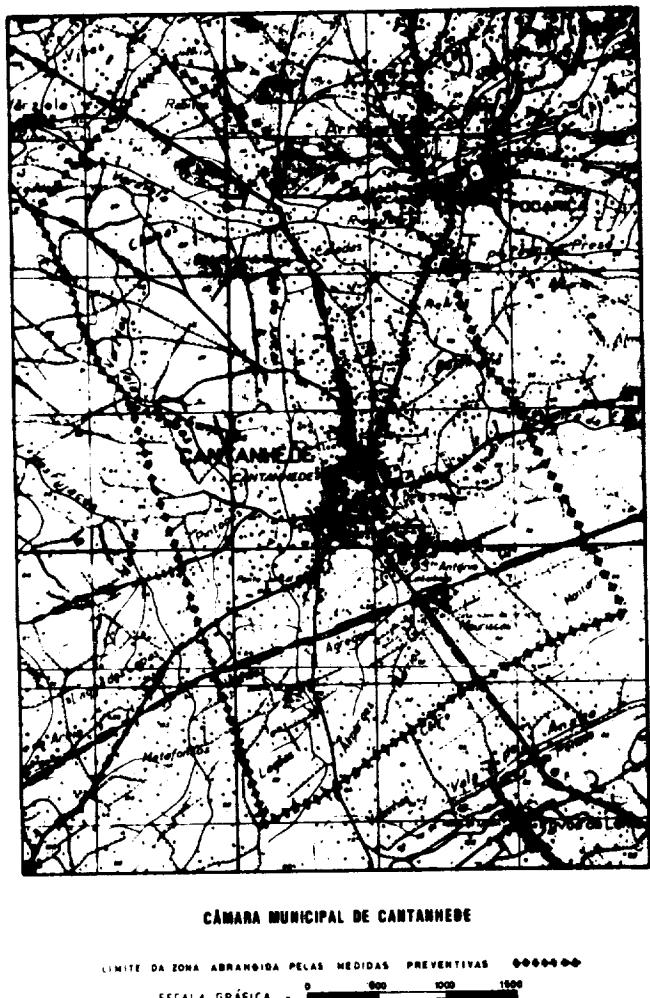
Assinado em 9 de Fevereiro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 9 de Fevereiro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*



**Decreto n.º 9/89**

de 25 de Fevereiro

A zona envolvente do Parque de Campismo Municipal, nas freguesias de Canidelo e Madalena, de Vila Nova de Gaia, reúne as condições previstas no ar-

tigo 41.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, pelo que pode ser classificada como área de recuperação e reconversão urbanística.

Importa, pois, declará-la como tal, para efeitos de intervenção expedita da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, com vista a obviar eficazmente aos inconvenientes de ordem urbanística e habitacional existentes.

Assim:

Ao abrigo do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, e nos termos da alínea g) do artigo 202.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único — 1 — É declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística a zona envolvente do Parque de Campismo Municipal, situada nas freguesias de Canidelo e Madalena, de Vila Nova de Gaia.

2 — Os limites da área crítica referida no número anterior vão demarcados na planta anexa a este diploma, que dele faz parte integrante.

3 — Compete à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia promover, em colaboração com as demais entidades interessadas, o processo de recuperação e reconversão urbanística da referida área.

Presidência do Conselho de Ministros, 30 de Janeiro de 1989.

*Aníbal António Cavaco Silva — Luís Francisco Valsente de Oliveira.*

Assinado em 9 de Fevereiro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 9 de Fevereiro de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*

